



AUDIÊNCIA PÚBLICA

“O Compartilhamento das vias e a Proteção à Vida.”

Apresentação

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, pelo seu presidente, no uso de suas atribuições legais e institucionais e nos termos do art. 11 do Decreto nº 13.826, de 3 de dezembro de 2013 e para dar amparo aos servidores do Detran-MS na proposição de ações educativas para o trânsito e proposição ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e Conselho Nacional do Trânsito (CONTRAN) nas melhorias de suas Portarias e Resoluções, realizou Audiência Pública, com o tema: O Compartilhamento das vias e a Proteção à Vida.

A participação na Audiência Pública ocorreu de forma presencial e virtual. A presencial, na data de 24 de setembro de 2021, das 14 às 18hs, no auditório da Assomasul, sito na Av. Eduardo Elias Zahran, 3179 e a virtual transmitida eletronicamente no Facebook do Detran-MS e gravada para consulta posterior aos interessados. Cópia da mídia de gravação foi devidamente arquivada como documento probatório do ocorrido na Audiência Pública.

Instituições Presentes:

Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – no ato representado por Elijane de Jesus Nantes Coelho, Diretora de Educação de Trânsito, presidindo esta Audiência Pública e o Procurador Jurídico Dr. Alandnir Cabral da Rocha secretariando os trabalhos.

Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS – no ato representada pelo Sr. Janine de L. Bruno, Diretor da Agência de Transporte Municipal de Transporte e Trânsito (AGETRAN);

Câmara Municipal de Campo Grande – no ato representada pelo Vereador Coronel Alírio Villasanti Romero, Presidente da Comissão de Transporte e Trânsito da Câmara de Vereadores de Campo Grande;

Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso do Sul – no ato representada pelo Inspetor Fábio Roberto Sodré;

Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) – no ato representado por sua Presidente Senhora Regina Maria Duarte;

Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul– no ato representada pelo Tenente Coronel Wellington Klimpel do Nascimento, Comandante do Batalhão de Trânsito do Estado de Mato Grosso do Sul;

Agência de Transporte Municipal de Transporte e Trânsito (AGETRAN) – no ato representada por sua Diretora-Adjunta, Andréa Luíza da Figueiredo;

Ordem dos Advogados de Mato Grosso do Sul (OAB/MS)– no ato representada pelo Dr. Nílson de Oliveira Castela, Presidente da Comissão de Transporte;

Coletivo Ici Nos Planos – no ato representado pelo Senhor Pedro Dias Garcia;

Instituto de Conservação de Animais Silvestres (ICAS)- no ato representado pela senhora Débora Yogui.





Início dos Trabalhos.

A presente audiência pública realiza-se no âmbito da Semana Nacional de Trânsito 2021 com os objetivos de conhecer e debater, à luz dos aspectos sociais e técnicos, de gestão participativa e referentes à viabilidade/condições de gestão e implementação das campanhas educativas e da legislação vigente quanto ao uso das vias públicas.

Foram apresentados esclarecimentos prévios quanto ao tema, para possibilitar a manifestação dos interessados a respeito da legislação vigente, e as problemáticas identificadas no Estado de Mato Grosso do Sul no tocante aos seguintes pontos:

- 1 – a inserção das novas modalidades de transporte individual de pessoas à realidade urbana e de uso das vias;
- 2 – o equacionamento da convivência harmônica no trânsito à luz do que preconiza o parágrafo 2º do Art. 29, Código de Trânsito Brasileiro (CTB): *“Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas neste artigo, em ordem decrescente, os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres”*;
- 3 – a necessidade de medidas protetivas quanto à proteção da fauna, sobretudo nas rodovias do estado, em que muitos acidente não vitimam tão somente os animais, mas também os ocupantes dos veículos;

Resumo dos Trabalhos

Aos 24 dias do mês de setembro de 2021 teve início às 14:30hs a audiência pública com a fala da Sra. ELIJANE DE JESUS NANTES COELHO Diretora de Educação de Trânsito do DETRAN-MS, a anfitriã, onde agradeceu a presença de todos e esclareceu a dinâmica da audiência pública. Após explanou sobre a importância do uso compartilhado e consciente das vias de trânsito com ênfase na preservação das vias. A importância de se respeitar o § 2º do art. 29 do CTB que prevê que os veículos de maior porte são responsáveis pela segurança dos veículos de menor porte e juntos são responsáveis pela segurança dos pedestres. Destacou que a imprudência é a maior causa de sinistros de trânsito. Alertou para a preocupação de como promover o cuidado no trânsito de um condutor para com os outros e a importância de medidas que fomentem a empatia entre os condutores mitigando o individualismo e a competitividade no trânsito de forma a propiciar o uso das vias com visão de coletividade e compartilhamento de forma segura e mais social.

Após, as 14:40hs, seguiu-se a fala do Sr. Janine Bruno, representante do Município de Campo Grande-MS, onde mencionou a importância do evento. Destacou que os sinistros de trânsito decorrem de falhas humanas, sendo o principal fator a imprudência. Que grande parte dos sinistros de trânsito são comportamentais. Observou que o uso de equipamentos eletrônicos de fiscalização diminuem os acidentes. Que já foram instalados 106 semáforos novos em locais estratégicos. Que os corredores exclusivos para ônibus, melhora o tráfego desses veículos nas vias urbanas trazendo mais segurança aos usuários do trânsito. Que é importante a elaboração de projetos pensando na mobilidade de ciclistas e pedestres, Que as cicloviárias são importantes para segurança dos ciclistas. Que serão instalados bicicletários nos terminais de ônibus. Finalizou destacando que é importante a participação da população nas discussões e debates visando a melhoria do trânsito.





Logo em seguida, as 14:45hs, tivemos a fala do Sr. Alírio Villasanti, representante da Câmara Municipal de Campo Grande onde falou da importância de dar cumprimento ao 2º do art. 29 do CTB onde os mais vulneráveis devem ser protegidos. Que desde 2010 Campo Grande tem sido exemplo para o resto do país com campanhas para preservação dos pedestres. Destacou a importância da educação de trânsito como principal fator para mudança de comportamentos no trânsito, buscando comportamentos mais educados e menos lesivos. Destacou que é importante debater a possibilidade de destombamento parcial da Av. Afonso Pena para nela ser planejado corredores exclusivos para ônibus no futuro, a fim de melhor o trânsito e a vida das pessoas nele.

O próximo a fazer uso da palavra às 14:50hs foi o Sr. Fábio Sodré, representante da PRF onde destacou a importância de proteção da fauna nas rodovias, considerando que os animais também são usuários do trânsito porque se deslocam atravessando as rodovias, principalmente na região do Pantanal onde há muitos animais circulando nas vias. Que o uso de equipamentos eletrônicos de fiscalização de velocidade contribuem para diminuição de sinistros de trânsito como o atropelamento de animais. Que a PRF colou para debate no FETRAN o tema meio ambiente e a proteção dos animais no trânsito. Que a PRF também tem o projeto Educar que também tem como conteúdo a preocupação de cuidar da vida dos animais no trânsito. Apresentou um vídeo aos presentes onde se pode verificar a travessia de animais por corredores abaixo das rodovias, destacando que essa é uma forma segura de travessias dos animais de um lado a outro das pistas sem causar acidentes.

Seguindo os trabalhos fez uso da palavra às 15:00 a Sra. Regina Maria Duarte, presidente do CETRAN-MS, onde destacou a importância dos temas debatidos. A importância de se pensar no trânsito seguro não só para vidas humanas como também para os animais. Que as rodovias fragmentam, dividem o habitat dos animais silvestres. Ponderou que apesar de todo trabalho dos órgãos de trânsito ainda há muitos sinistros no trânsito. Em seguida destacou alguns fatores que podem reduzir ou evitar os sinistros de trânsito com animais nas rodovias, sendo eles: a sinalização, controle de velocidade, campanhas educativas, fiscalização, mudança de comportamento. Também destacou fatores que podem evitar os sinistros de trânsito com pessoas.: melhorar a infraestrutura com sinalização adequada, campanhas permanentes e não só na semana de trânsito, fiscalização eficiente, velocidade em nível seguro e mudança do comportamento de risco.

Às 15:10 hs fez uso da palavra o Sr. Wellington Klimpel do Nascimento, Comandante do Batalhão de Trânsito do Estado de Mato Grosso do Sul – Tenente da Polícia Militar, onde destacou que em 2021, houve 7.089 sinistros na capital sendo que 194 envolvendo bicicletas, com 4 vítimas fatais. Há forte preocupação com os meios de transporte individual, como as bicicletas elétricas e ciclomotores e o uso das vias. A inserção dos novos meios de transporte individual, tais como patinetes elétricos, bicicletas elétricas, monociclos entre outros devem ser fiscalizados, orientados seus condutores quanto ao uso nas vias. Demonstrou a preocupação com a fiscalização desses novos meios por vezes sem registro junto aos órgãos de trânsito o que inviabiliza a lavratura de Autos de Infração.

Às 15:12 hs fez uso da palavra a Diretora-Adjunta Sra. Andréa Luíza da Figueiredo, representando a AGETRAN, que destacou a importância de regulamentação por parte dos órgãos de trânsito competente dos novos modais no trânsito. Foram repensados os modelos existentes priorizando a





revitalização das vias da capital com a implantação de 70 km das vias para o trânsito de veículos de transporte coletivo. Destacou a necessidade de reforma dos terminais de ônibus para garantir acessibilidade e a colocação de bicicletários. Destacou o trabalho da prefeitura na requalificação do quadrilátero central urbano como o recapeamento das vias, chegando a 21 km de vias recapeadas. Aduziu a importância de se fazer a ampliação das cicloviás, a ligação e ampliação da malha cicloviária a fim de proteger o ciclista. Ressaltou a importância de integrar legalmente os novos modais aos já existentes, pois a integração de fato acontece mesmo sem regulamentação e antes dessa regulamentação e fiscalização é necessário a preparação das vias e calçada para esses novos modais.

As 15:16 hs fez uso da palavra o Sr. Pedro Dias Garcia representando o Coletivo Bici Nos Planos, que iniciou sua fala esclarecendo o campo de atuação do coletivo Bici nos Planos. Explicou que a bicicleta não pode ser considerada um novo modal de transporte de pessoas porque foi criada antes dos automóveis. Destacou que a bicicleta é um meio de transporte não exclusivo dos chamados “ciclistas” que usam as bicicletas apenas para esporte e lazer, pois ela é usado também por trabalhadores no seu deslocamento ao trabalho, os quais devem ser considerados em quaisquer pesquisas e projetos relacionados. Que a bicicleta elétrica e patinetes elétricos pode ser considerada algo novo, que precisa de regulamentação. A fiscalização das bicicletas elétricas e ciclomotores deve ser iniciado na sua importação e venda, pois muitas vezes não são importadas como veículos e na sua venda há muita propaganda enganosa divulgando, por exemplo, que para seu uso não é necessário capacete, CNH, pode ser usado sobre as calçadas, etc. Talvez informando melhor a população sobre essas obrigações pode ser um começo para conscientização sobre seu uso.

Depois, seguindo os trabalhos, às 15:25hs, fez uso da palavra a Sra. Débora Yogui representando o Sr. Instituto de Conservação de Animais Silvestres (ICAS), que iniciou sua fala dizendo que o instituto tem desenvolvido suas ações deste 2017 com dois projetos principais que são o TATU CANASTRA e o BANDEIRAS E RODOVIAIS. Falando do segundo projeto descreveu que o instituto passou 3 anos monitorando rodovias no Estado em 14% das rodovias pavimentadas no Estado. Que neste período encontraram 12.400 carcaças de animais vítimas de atropelamento, número não exato e subestimado. Que segundo estimativas morem 35 mil animais de médio e grande porte (antas, capivaras e tamanduás) anualmente no MS. Que desses atropelamentos, 40% tem são de animais com potencial de causar acidentes graves e por vezes fatais. Mencionou que neste monitoramento constatou que o horário que mais acontece acidentes com animais de grande e médio porte é entre às 18:00 e 24:00 hs, horário que esses animais costumam ter mais atividade. Informou que uma pesquisador fez pesquisas com mais de 300 motoristas de caminhão e constatou que os atropelamentos não são propositais, mas de segurança viárias. Motoristas ouvidos consideram mas seguro não tentar desviar para evitar acidentes mais graves.

Seguiu-se, pela presidente da mesa, Diretora Elijane, a leitura de proposições enviadas por e-mail e manifestação pelo chat dos participantes que acompanham pelas redes sociais.

Destacou que precisam ser estimuladas as aquisições das ACCs por parte dos usuários dos novos modais. Esclareceu a diferença entre ciclo-elétricos e ciclomotores, destacando que esses precisam ser registrados e seus usuários precisam da ACC. Informou que a ACC tem o custo e exigências iguais a CNH categoria A, para condução de motocicletas. Informou a todos da problemática do





registro dos ciclomotores que são importados sem lançamento no pré-cadastro o que impossibilita o registro nos órgãos de trânsito.

Mencionou que há situação que se necessita do espaço segregado conforme o tipo de veículos, mas não é o ideal porque não se pode segregar sempre, vez que não é possível a criação de ciclofaixas para todos os moradores desde suas residências até o seu destino. Há necessidade de conscientização que os veículos por vezes vão necessitar circular no mesmo espaço, de modo que é necessário a compreensão do uso compartilhado da via por parte dos proprietários de veículos, um dos temas desta audiência que é justamente o uso compartilhado e consciente das vias.

Pedi a palavra o Sr. Sr. Pedro Dias Garcia representando o Coletivo Bici Nos Planos, que propôs seja cobrado do Procon o resultado da representação formulado pelo coletivo de propaganda enganosa em face dos comerciantes destes veículos. Propôs uma atuação conjunta com o Procon para a divulgar informações a respeito da diferença entre os ciclomotores e ciclo elétricos e quais as exigências para uso destes veículos.

Pedi a palavra a Sra. Glaucimara, funcionária do DETRAN-MS, que sugeriu a realização de campanhas educativas simples e rápidas pelas redes sociais do DETRAN esclarecendo a diferença entre bicicletas elétricas e ciclomotores e as exigências para o uso de um e outro nos vias públicas.

A Sra. Regina Duarte, Presidente do Cetran, completando as falas de anteriores, entendeu importante também conscientizar os comerciantes destes veículos.

A anfitriã, ressaltou a importância de aprimoramento da Resolução do CONTRAN para deixar mais clara a diferença entre os ciclomotores e ciclo elétricos ou para unificação tratando os todos como bicicletas, frente a dificuldade de se regularizar a situação pela Resolução já existente. Em relação a ACC propôs a redução do número de aulas, de exigências para sua obtenção a fim de reduzir seu custo, vez que da forma como prevista atualmente se torna impraticável sua obtenção.

Solicitou a palavra o Sr. Fábio Sodré, representante da PRF, onde destacou que um dos motivos para violência no trânsito é a impunidade, ponderando que com o aumento do uso destes veículos, vem a necessidade de já se aplicar algumas medidas de fiscalização, como o recolhimento destes veículos pelo mau uso, ainda que não seja possível de pronto sua autuação (multa). Destacou que o mau uso destes veículos precisa ser reprimido com medidas fiscalizatórias imediatas pois a punição faz com que as pessoas reflitam e mudem seu comportamento.

Fez-se a leitura de algumas manifestações colhidas do facebook do DETRAN-MS e perguntas abaixo reproduzidas:

ARNOUD DESBIE – O trabalho que a Debora apresentou mostra que tem amplo conhecimento sobre as colisões com animais silvestres e soluções como o cercamento nos lugares indicados, mudança de horários, etc.

ERICA NAOMI SAITO – Nossa! Mais de 90 vezes mais risco de colisão neste período da noite! Realmente seria importante haver campanhas educativas pra reduzir esse risco de acidente.





ANDRÉA NASSER FIGUEIREDO:

Incluir nos materiais e campanhas educativas a temática das colisões veiculares com a fauna, com o foco na redução da direção noturna e na disponibilização dos pontos de maior probabilidade de ocorrer as colisões nas rodovias do estado.

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES – primeiramente fazer campanhas educativas esclarecendo a população.

JOSÉ JULIAN ORJUELA SEPULVEDA – Ciclovias são espaços para promover o uso de transportes ativos (que usam a energia humana para se mover). Espaços que resultam de muita luta para motivar a população a usar eles e fazer que a cidade crie hábitos individuais e coletivos mais saudáveis. Que a legislação permita a circulação de veículos motorizados nesses espaços derruba todo o propósito par o qual elas foram feitas, por mais que elas andem à velocidade recomendada. Já tem muita infraestrutura para veículos motorizados nas cidades.

MARCOS SNIPER

Um curso prático seria ideal, pois essa bicicleta elétrica é mais pesada e divide espaço com pedestres, carros, motos e estão sem lei. Creio que deva haver uma Campanha de conscientização e preservação voltada as bicicletas elétricas.

Deu-se por encerrada a audiência pública com agradecimento a participação de todos os presentes.

Eu, Alandnir Cabral da Rocha, Procurador Jurídico do DETRAN-MS, secretariando os trabalhos, subscrevo e dou fé.

Campo Grande-MS. 30 de setembro de 2021

ALANDNIR CABRAL DA ROCHA
Procurador Jurídico DETRAN-MS

ELIJANE DE JESUS NANTES COELHO
Diretora de Educação de Trânsito

